

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E ATIVISMO POLÍTICO¹

Anna Flávia Feldmann²

RESUMO: O presente artigo visa estabelecer uma conexão entre as táticas de comunicação diante de distintos fatos históricos políticos. Por um lado, relatando os conceitos estabelecidos no texto *A Mentira na Política: Considerações Sobre os Documentos do Pentágono*, de Hannah Arendt, sobre a Guerra do Vietnã. Por outro, descrevendo alguns trechos do livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, de Bernardo Kucinski, sobre o estado autoritário brasileiro de 1964-1980.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação Alternativa; Ativismo; Jornalismo.*

ABSTRACT: The present article aims at establishing a connection between tactics of communication in face of different political historical facts. On the one hand, reporting on the concepts set out in Hannah Arendt's *The Lie in Politics: Considerations About the Pentagon Documents on the Vietnam War*. On the other, describing some excerpts from the book *Journalists and Revolutionaries: in the days of the alternative press*, by Bernardo Kucinski, on the Brazilian authoritarian state of 1964-1980.

KEYWORDS: *Alternative Communication; Activism; Journalism.*

¹ Texto apresentado no 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, Rio de Janeiro, 2014.

² Doutoranda do Programa em Ciências da Comunicação da ECA-USP, na área de Estudos dos meios e da Produção Mediática - orientador: Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly. É professora de Jornalismo da PUC-SP e autora do livro *Gênero, Comunicação e Saúde – uma análise das campanhas de câncer de mama no Brasil*. Contato: annafeldmann@usp.br

A Guerra do Vietnã ocorreu no sudoeste asiático entre os anos de 1955 a 1975. O conflito armado colocou, de um lado, a República do Vietnã (Vietnã do Sul) e os Estados Unidos, com participação da Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia; e, de outro, a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte) e a Frente Nacional para a Libertação do Vietname (FNL).

O discurso sistemático desta guerra é trabalhado no texto de ARENDT (1973) como um verdadeiro insulto à fatalidade que, atingindo seu nível exagerado, leva a um estilo patológico de política. A autora descreve o poder do autoritarismo em criar as chamadas *mentiras de princípios*, negando ou aceitando fatos.

A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis nestes assuntos. (...) por um lado pela natureza da ação, e por outro, pela natureza de nossa capacidade de negar em pensamento e palavra qualquer que seja o caso. (1973, p.15)

ARENDT argumenta que a capacidade de negação está ligada à imaginação e mentiras são mais plausíveis à razão do que a realidade. O mentiroso sabe que é possível enganar com mentiras de princípios

Os fatos necessitam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas de confiança para se estabelecerem, para que possam encontrar um abrigo seguro no domínio dos assuntos humanos (p.16).

Em sua definição, é possível encontrarmos duas variedades profissionais na arte de mentir. A primeira são os *Encarregados das relações públicas*, grupo no qual a manipulação psicológica humana tornou-se uma mercadoria no campo da opinião pública. E a segunda categoria é denominada pelos *Resolvedores de problemas*, profissionais que foram atraídos da universidade e de centros de assessoramento para o governo.

O segundo grupo refere-se a homens de confiança, inegavelmente inteligentes que trabalham todo seu potencial conhecimento a favor da máquina ideológica de determinado governo. Maurício Tratenberg³ (1979, p. 15-23) descreveu algo semelhante em *A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*, uma relação entre a dominação e o saber ao descrever a analogia entre o intelectual e a universidade.

³ Maurício Tratenberg foi professor no Departamento de Política da PUC-SP, na Unicamp e na FGV. O artigo mencionado foi publicado pela Editora Rumo, em 1979 (p. 15-23).

ARENDT menciona que através da fala de profissionais e intelectuais muito bem preparados torna-se praticamente impossível duvidar da pertinência de suas opiniões. Neste ínterim permeado por uma irracionalidade extremada, a filósofa defende que o quadro estrategista norte-americano adotou o convencimento como ferramenta de decisão sobre a guerra.

A partir de 1965 a ideia de uma nítida vitória recuou para um segundo plano e o objetivo tornou-se convencer o inimigo de que ele não poderia vencer. E já que o inimigo permaneceu não convencido, apareceu um novo objetivo: evitar uma derrota humilhante (1973, p.23).

Em suas palavras, foi necessário “convencer o mundo” com argumentos anticomunistas e descobrir meios e modos de evitar e/ou admitir tal prejuízo estadunidense. Com isso os resolvidores de problemas preparavam scripts para suas plateias com os seguintes argumentos: 1. Os comunistas precisavam sentir pressões violentas; 2. A moral dos vietnamitas deve ser sustentada; 3. Os aliados devem confiar em nós como agentes de seguro e 4. A sociedade norte-americana deve apoiar o risco com vidas e prestígio.

Para a autora os impactos causados por tal apropriação de verdades absolutas em detrimento da realidade local gerou o erro dos EUA em decidir questões militares com uma perspectiva política e de relações públicas. Nas suas palavras a expectativa da próxima eleição presidencial ou tragédia de ser o primeiro presidente americano a perder uma guerra pesou significativamente para a construção de tais argumentos. A derrota era menos temida do que ter que admiti-la.

Os *Documentos do Pentágono*⁴ revelaram a não-relação entre os fatos e a decisão da guerra entre a comunidade da inteligência e os serviços civis militares. ARENDT diagnostica a utilização da burocracia a serviço desta desfaturização. “Não foram simplesmente fatos ignorados e manipulados, mas sim o menosprezo dos fatos históricos, políticos e geográficos” (1973, p.36).

Dentre as argumentações da filósofa sobre tais estratégias comunicacionais da Guerra do Vietnã talvez o que mais pese seja a possibilidade de transferência desta atmosfera para diversas instâncias políticas mundiais. A manipulação de realidades, os profissionais envolvidos e os serviços gerados são peças-chave desta inversão dentro de

⁴ Em 1971, Daniel Ellsberg, analista militar do Pentágono, entregou à revista New York os *Documentos do Pentágono* (7.000 páginas em 47 volumes) com revelações secretas sobre a Guerra do Vietnã. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2016/05/17/os-documentos-do-pentagono-e-as-lico-es-de-quem-os-revelou-ao-mundo/>. Acessado em 08 ago. 2016

um processo de autoenganar-se no mundo desfactualizado. “Quanto mais bem sucedido seja o mentiroso, mais provável é que acabe por acreditar em suas próprias mentiras.” (p.38)

Nesta mesma linha, o sociólogo e jornalista Perseu Abramo (1929-1996) também afirmava que a distorção da realidade é deliberada, contendo um significado e um propósito. No livro *Padrões de manipulação na grande imprensa* (2003), o autor diagnosticou cinco manifestações desta inversão:

1. *Padrão de ocultação* - fatos são excluídos da realidade;
2. *Padrão de fragmentação* - o fato é decomposto e na sua descontextualização perde a dimensão original e, assim, novos significados lhes são atribuído;
3. *Padrão da inversão* – é o reordenamento das partes, troca de lugares e de importâncias;
4. *Padrão de indução* – resultado de uma articulação combinada que induz o leitor a compreender o mundo de acordo com a nova realidade que lhe é exposta,
5. *Padrão global* – o fato gera um apelo à emoção, as autoridades são as únicas que o resolvem a questão e, conseqüentemente, gera o desestímulo da ação da sociedade.

Seja por indução ou manipulação da realidade é possível destacar alguns fenômenos criados por determinados governos para a promoção do seu status quo ou a extensão do mesmo.

ARENDT definiu que os objetivos de guerra procurados e justificados pelo governo americano eram psicológicos e pertencentes ao que denomina de ‘mito da onipotência americana’. A autora elaborou duas didáticas explicações para descrever os erros de guerra dos Estados Unidos.

Em primeiro lugar, a *metáfora dos computadores*, na qual a decisão da continuidade da guerra parece ser procedente de máquinas e não de *resolvedores de problemas*. A confiança é maior nos cálculos do que no poder da experiência. Em segundo, a *metáfora dos jogos*. Aposta-se muito quando o risco de perda é pequeno, ou seja, considera-se uma *calculabilidade da realidade*.

ARENDT traz à tona diversas análises sobre a construção de fatos, a imaginação como ferramenta estratégica no serviço burocrático de sistemas políticos, ocasionando

nos seus leitores uma identificação atemporal, na qual os *Documentos do Pentágono* mostram-se similares a tantos outros discursos presentes.

A autora conclui que o resultado final da Guerra do Vietnã demonstra além da preponderância dos estrategistas envolvidos pertencentes aos centros de assessoramento americano, uma fatídica subestimação do inimigo, no caso os vietcongs, que por habitarem as selvas locais por muito tempo sabiam mais sobre os campos de batalhas. “A desatualização e as resoluções de problemas foram bem-vindos porque o menosprezo pela realidade era inerente às próprias políticas e objetivos” (1973, p. 44)

Por fim, ARENDT finaliza minuciosamente suas considerações sobre os *Documentos do Pentágono* e, de maneira geral, sobre a história da Guerra do Vietnã, afirmando que as tíbias tentativas do governo de cercear as garantias constitucionais e intimidar outros povos, apesar de desastrosas e inconsequentes, não foram suficientes para destruir a República.

A autora termina o texto mencionando mais uma vez o conceito de imaginação ao citar um dos sobreviventes vietnamitas, Sr. Lang, com uma frase simples, desprovida de manipulações, porém, carregada de extrema compreensão e leitura da realidade: “Que o país pode recuperar seus melhores aspectos como resultado de guerra ‘sei que isso não inspira dúvidas’, disse, mas também não há outra coisa que eu consiga imaginar”. (1973, p.48)

Nesta mesma linha de raciocínio, outra análise sobre cerceamento de fatos históricos, com a intuição de sustentar hegemonias ideológicas, porém agora com investigações sobre os acontecimentos brasileiros à época do golpe militar de 1964, provém de Bernardo Kucinski (2003).

Sua pesquisa de doutorado em Ciências da Comunicação, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, destacou o protagonismo da imprensa alternativa contra o estado autoritário vigente no Brasil. A tese originou o livro *Jornalistas e Revolucionários* e ganhou Prêmio Jabuti de Literatura no ano de 1997.

Para KUCINSKI (2003) a imprensa alternativa criou sua base através da união de jornalistas, ativistas políticos e intelectuais contra a falta de liberdade comunicacional no Brasil durante o regime militar.

Em suas definições o termo ‘alternativo’ está ligado a políticas dominantes; uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes, única saída para uma situação difícil e, por fim, o desejo de protagonizar mudanças sociais.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de suas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. (...) À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos (2003, p. 16).

São veículos de comunicação que, por opção ou por ausência de recursos, se utilizavam de formatos estéticos como jornais em formato standard, ofícios, tabloides, minitabloides, entre outros. Apelidados pelo meio publicitário de *imprensa nanica*, alguns destes periódicos se auto-sustentavam, outros contavam com publicidades ou verbas de partidos políticos.

Um dos principais traços da imprensa alternativa era também uma linha profissional desprovida de ascensões financeiras e status mercadológicos. Não que seus jornalistas e principais membros não vislumbassem um futuro promissor com seus determinados veículos, mas, com certeza, este não era o objetivo principal.

Uma notável aversão àquilo que Weber denominou de ‘espírito-capitalista’ foi outro traço marcante e denominador comum de todos os jornais ao longo do ciclo alternativo (...) Movia-os, ao contrário, um espírito-anticapitalista. Não se propunham objetivos mercantis. Repudiavam o lucro (2003, p. 19).

Na classificação de KUCINSKI existiram duas grandes classes de jornais. A primeira ligada predominantemente ao campo político, veículos ideologicamente firmes no propósito de contestar o regime imposto. Sua sustentação estava nos ideais de valorização do nacional e do popular da década de 1950 e no marxismo estudantil dos anos 1960. Já a segunda estava ligada à crítica dos costumes e à ruptura dos padrões vigentes influenciados pelos movimentos de contra-cultura.

Ao autor afirma que nos anos da ditadura militar nasceram e morreram, aproximadamente, 150 periódicos. Para analisar este material o livro está basicamente dividido em três partes e diversos detalhes sobre a atuação de cada veículo.

O primeiro bloco é um panorama da imprensa alternativa no Brasil (1964-1980) e relata alguns tópicos como o desmoronamento do universo político do populismo; o imaginário da Revolução Cubana e da proposta de uma guerrilha continental; a resistência política-cultural, o ativismo político; o assassinato de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, a campanha da anistia, e os jornais ligados aos movimentos populares, entre outros.

Nesta primeira etapa as relações entre os partidos políticos, movimentos sociais e a imprensa oficial são destacados. Além das rivalidades e desentendimentos que aconteciam dentro das redações.

Na segunda parte KUCINSKI aborda os jornalistas, com as histórias de alguns dos periódicos que tiveram considerável importância no jornalismo alternativo brasileiro. *Ex. O Pasquim, Versus, Coojornal, Bondinho, Jornalivro*, entre outros.

Já no último bloco, o autor analisa os periódicos revolucionários. A trajetória dos jornais aliados aos partidos políticos como o *Opinião* e o *Movimento*, que tiveram como líder jornalístico Raimundo Pereira e o jornal alternativo *Em Tempo*, cujo projeto editorial foi proposto por KUCINSKI.

No final de sua análise, para o autor, com a redemocratização e o reconhecimento da liberdade de imprensa, ocorreu o fim do ciclo alternativo:

A grande imprensa não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais, que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço e realização sócio-política (2003, p. 25).

A migração da esquerda para a esfera de poder também corroborou este fim com a “passagem do espaço clandestino e semiclandestino para uma esfera pública” (2003, p. 27).

Entretanto o jornalismo alternativo trouxe possibilidades de construção de um estado democrático, resgatando a cidadania desfatualizada pelos regimes autoritários opressores.

Conforme o conceito de ARENDT, ao opor-se a construção das diretrizes estratégicas do governo e desmascarar as chamadas mentiras de princípios e ideológicas, os periódicos, até certo ponto, apresentavam certa pluralidade de opinião.

Apesar de o governo militar nacional contar também com seus *resolvedores de problemas*, assim como os profissionais apontados pelos *Documentos do Pentágono*, jornalistas e intelectuais brasileiros enxergavam no jornalismo alternativo menos uma disputa de espaço no mercado e mais um lugar de enunciação.

Neste caso, as estratégias de comunicação foram utilizadas para romper com a criação dos fatos governamentais, na tentativa de criar oposição, confirmado que

história, política e comunicação caminham juntas. Porém, conforme estes dois textos de análise política, nem sempre são livres de manipulação das verdades, da descontextualização proposital e da irracionalidade fundamentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARENDT, Hannah. *A Mentira na Política – Considerações sobre os Documentos do Pentágono*, in: *Crises da República*, pgs. 9 a 48. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

DOWNING, John D.H. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: ed. SENAC, 2002.

GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 1987, p. 18-30.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 2003.

MATTOS, Sérgio. *Mídia Controlada a História da Censura no Brasil e no Mundo*. São Paulo, ed. Paulus, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. ed. Record: 2006

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. In: *A Delinquência-acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. p. 15-23. São Paulo, Editora Rumo, 1979.